



**AGRICULTURA FAMILIAR, AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DAS
TRABALHADORAS RURAIS: processos de expropriação, dominação e resistência na
zona rural do Maranhão**

Silvane Magali Vale Nascimento¹
Fernanda Cássia Rodrigues²
Nilma Angélica dos Santos³

RESUMO:

Este artigo aborda a agricultura familiar e o agronegócio no contexto da mundialização capitalista. Discute através de pesquisa bibliográfica e empírica a capacidade de resistência da agricultura familiar no contexto da acumulação capitalista. A denominada crise capitalista no Maranhão, o trabalho das trabalhadoras rurais na reprodução da agricultura familiar, considerado neste artigo como formas de resistência ao agronegócio, à expropriação, exploração e dominação dos impactos do agronegócio na vida das trabalhadoras rurais.

Palavras-chave: agricultura familiar, agronegócio, trabalhadoras rurais e crise do capital.

ABSTRAT:

This article approaches family farming in the agribusiness in the context of capitalist globalization. It is a theoretical study the a condition the resistance the family farming in the context. the countryside capitalist crisis in the Maranhão, the work of the famele labor in the reproduction in the family farming, Consider in these article as form the resistance agribusiness, the expropriacion, exploration and domination in the impacts of agribusiness in the famele labor's life.

Key words: Family farming, agribusiness, female labour and crisis the capital

¹ Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: magalisilvane@bol.com.br

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA)



1 - INTRODUÇÃO

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar no Brasil, responde pela maioria da produção de alimentos no Brasil. Isto se torna importante à medida que cresce também o agronegócio e com ele, inúmeras situações adversas à manutenção da agricultura familiar, sobretudo aquela de base camponesa. Fato que faz recrudescer o discurso da inviabilidade deste tipo de agricultura em favor da suposta sustentabilidade do agronegócio. Nesse sentido, cabe destacar o espaço que os representantes do agronegócio têm alcançado na mídia e no Congresso Nacional nos últimos anos. O que reafirma o pensamento de Bruno (2009), de que o agronegócio apresenta um campo político de identidade e confluência de interesses entre as classes e grupos dominantes no espaço rural buscando apresentar-se como homogêneos em meio aos conflitos internos, funcionando assim, como uma forma de construção das vontades coletivas; daí a necessidade de ter representantes e intelectuais que enunciem o seu discurso e construam a sua imagem de símbolo da modernidade.

Diferentemente do velho latifúndio improdutivo, o agronegócio produz (NASCIMENTO, 2011) e ao produzir, coloca o país em destaque na economia internacional; por essa razão, o agronegócio expressa-se como ícone da modernização, revelando uma maior concentração de capital sob o comando do capital financeiro. Na modernização da agricultura brasileira, os capitais se interconectaram para a expansão do capital no campo, contudo, hoje se processa uma relação mais articulada entre os capitais, cujo foco é a industrialização em escala global. Daí a importância que o território adquire nessa concepção de produção em que o urbano e o rural apresentam cada vez mais a propriedade de fusão entre si.

Nesse caso, o território aparece para cada vez mais para o capital como “um lugar de apropriações”, tal qual em sua forma primitiva de acumulação. Sendo assim, os recursos naturais continuam sendo vitais para a manutenção da expansão capitalista. E o capital se apropria do território de acordo com as condições possíveis de extrair tais recursos.



Nessa dinâmica de concentração do capital no campo, os territórios bem como os sujeitos que neles habitam são tratados diferentemente pelo capital. Este trabalho analisa como no Estado do Maranhão, o espaço denominado de rural é impactado pelo capital na atualidade e como as mulheres aqui denominadas de trabalhadoras rurais, se inserem nessa realidade.

Para a fundamentação empírica deste estudo, tomamos como referência fundamental, mas não exclusiva, a pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Racial, Geracional, Mulheres e Feminismos – GERAMUS/UFMA, realizada nos anos de 2011 e 2012, no município de Brejo/MA com apoio do CNPq, intitulado: **RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO**: mulheres recriando o cerrado na Mesorregião Leste maranhense em meio à monocultura de soja.

2 – O CAMPO MARANHENSE NO CENÁRIO DA CRISE DO CAPITAL: novas e velhas capturas de territórios para acumular capitais

No livro 1 do *Capital*, Marx mostra como a natureza tem papel determinante no processo de acumulação capitalista. Não a natureza em seu estado natural simplesmente, mas a apropriação da natureza para dela fazer o uso necessário à acumulação. Diz Marx:

A pátria do capital não é o clima tropical com sua vegetação exuberante, mas a zona temperada. Não é a fertilidade absoluta do solo, mas sua diferenciação e a variedade de seus produtos naturais que constituem a base física da divisão social do trabalho e que incitam o homem, com a diversidade das condições naturais em que vive, a multiplicar suas necessidades, aptidões, instrumentos e métodos de trabalho. A necessidade de controlar socialmente uma força natural, de utilizá-la, de apropriar-se dela ou dominá-la por meio de obras em grande escala feita pelo homem, desempenha o papel mais decisivo na história da indústria (MARX, 2001, pp. 582-3)

Nessa perspectiva, a natureza se constitui ao mesmo tempo, instrumento e objeto de trabalho a serviço do capital. E sobre ela se dita o tempo e o modo de trabalho necessário, e esse processo difere de país para país, de território para território. Rosa Luxemburgo, assim como autores na contemporaneidade, a exemplo de Eduardo Galeano, Milton Santos e David Harvey, aos seus modos, também nos explicam a relação



entre territórios e capital, e dessa forma, nos possibilitam entender a função que assume a natureza para o capital na sua lógica de acumulação.

Harvey (2004) mostra como a “produção de uma economia de espaço”, termo utilizado pelo autor, definem diferentes “processos moleculares de acumulação do capital”, outro termo de Harvey que designa as diversas redes e estruturas utilizadas pelo capital nos diversos espaços. Agindo assim, [...] a atividade capitalista produz o desenvolvimento geográfico desigual [...] (HARVEY, 2004, p.82). Salienta o autor que tais desigualdades não refletem necessariamente diferenças em termos de recursos e possibilidades ali existentes, mas importa ao capital extrair o máximo com o mínimo de custos. Daí porque alguns espaços embora sem aparentes atrativos são intensamente capturados pelo capital, a teoria da localização, bem como a apropriação da natureza à qual nos referimos à Marx no início deste texto, explicam parte dessa lógica.

Os processos moleculares de que trata Harvey, incluem ou não, a relação com o Estado. Embora saibamos que ao longo da história nos países capitalistas o Estado tenha desenvolvido papel fundamental no modo de acumulação do capital desde a acumulação primitiva, a sua ausência ou a sua menor participação não tem se constituído um obstáculo intransponível para que a acumulação de capital se efetive. Em tempos de globalização diversos mecanismos supranacionais se interligam nas redes e estruturas que compõem os processos moleculares de acumulação do capital. E nesse contexto, ocorre a concorrência entre capitalista pelo monopólio da acumulação, desenvolvendo-se aí o ciclo de concentração, centralização e acumulação. Essa dinâmica configura o que classicamente conhecemos como Imperialismo e que Harvey denomina como o “Novo Imperialismo” dado às mudanças que ocorrem na nova ordem mundial.

Isto posto, significa afirmar que países e capitalistas concorrem e localizam-se diferentemente na busca por espaços vantajosos e competitivos na acumulação de capital. Nesse sentido, países de capitalismo periférico ou em vias de desenvolvimento podem se tornar espaços vantajosos à acumulação de capital desde que possuam internamente vantagens locais (mão-de-obra abundante e barata, recursos naturais disponíveis, infraestrutura etc.). Ao longo da história do capitalismo por diversas vezes, países e regiões se constituíram em reservatório para acumulação primitiva do capital. As



veias Abertas da América Latina (GALEANO, 1991) nos ensina muito sobre esse fenômeno. E nessa reflexão, a história do Brasil é classicamente um caso de espaço vantajoso ao capital desde a sua origem aos dias atuais. Daí porque para alguns autores(as), vivemos hoje no Brasil o que poderia ser denominado de reprimarização da economia e para outros (as), um neocolonialismo.

Se analisarmos o Maranhão, no contexto da crise, cabe a pergunta feita por Petras (2011): Crise de quem? Quem lucra? Para o mencionado autor, não há como falar de uma crise global do capitalismo quando se não se considera as diversas formas como o capital se reestrutura, se reorganiza nos espaços, e nestes, observar como as classes e grupos etários são atingidos. Nós acrescentamos também a essa reflexão, os sujeitos em relação aos gêneros, pois, homens e mulheres também são atingidos de formas diferentes pela denominada crise em relação à classe e ao país.

Em se tratando do Brasil, nas duas últimas décadas assistimos à entrada do Brasil na economia mundial de forma crescente. O país se consagra na economia de exportação. Muitas regiões do país destacam-se na produção de commodities. E nessa configuração está o Maranhão como uma economia de enclave que tem permitido aumentar os índices de produtividade e, portanto, a balança comercial do país por meio da mineração e do agronegócio, neste último caso, especialmente com a soja e a produção de eucalipto.

Desde o final da década de 1970, o campo maranhense tem sido um espaço “receptor” dos denominados grandes projetos de desenvolvimento que tem como propósito fundamental a acumulação de capital por meio de empresas multinacionais e transnacionais. No final dos anos de 1990, o agronegócio adentra os campos maranhenses, a denominada zona rural (embora essa seja uma divisão fictícia, pois, o agronegócio está nas sedes administrativas – espaço dito urbano, bem como na zona rural propriamente chamada), realizando processos de apropriação dos recursos naturais para atender à economia de exportação. Dali retira-se os produtos em sua forma bruta para serem industrializados em outros espaços, ou seja, tal qual no período colonial, o Maranhão continua a exportar matéria-prima para desenvolver outras economias.



Esse fato fez aumentar a produção do estado, como mostra Mesquita (2011), e esse fato não pode ser desconsiderado para a análise da crise do capital em debate. Pois, os números evidenciam a expansão do agronegócio no estado em contraposição à situação das famílias, especialmente no campo. O Maranhão ao transformar-se em espaço vantajoso para a acumulação capitalista na contemporaneidade o faz em meio a muitas contradições: expropriação dos recursos naturais, concentração fundiária no campo e na cidade, desemprego e subemprego. Aumenta o contingente da população latente, sobretudo juvenil, que não encontra oportunidades no tão decantado desenvolvimento - gerador de emprego e renda.

O agronegócio no Maranhão é uma demonstração clara do quanto o moderno e o conservador podem se constituir parte de um mesmo processo, pois, em fazendas do agronegócio com tecnologias avançadas coexistem práticas rudimentares de exploração e humilhação do trabalho humano, isto quer dizer que o agronegócio não apenas retrai mão-de-obra como a usa de forma degradante em muitas situações.

O Maranhão não é um estado que pode ser caracterizado como uma zona rural de economia pluriativa tal qual a denominação recente designando as atividades não-agrícolas em concomitância com as atividades agrícolas. Predomina no Maranhão, a agricultura familiar no sentido chayanoviano. Apesar dos grandes projetos que se instalam em várias regiões do estado, a agricultura familiar segue produzindo alimentos básicos à reprodução da população. Porém, em condições cada vez mais adversas, decorrentes tanto do agronegócio quanto da opção do governo estadual e da maioria dos governos municipais em não priorizarem a agricultura familiar como parte estruturante do desenvolvimento do Maranhão.

Nesse sentido, o estado reafirma a dissociação entre políticas públicas estruturantes, a exemplo da reforma agrária e o desenvolvimento necessário ao Maranhão, reatualizando a modernização dolorosa da agricultura brasileira conforme José Graziano da Silva. E mais, contradiz as políticas ditas de desenvolvimento para o campo tal como a política pública de segurança alimentar, uma vez que a produção de alimentos decresce no território maranhense.



3 – SEGURANÇA E AUTONOMIA ALIMENTAR NO MARANHÃO: a produção das mulheres na agricultura familiar x a lógica produtivista do agronegócio

A situação das mulheres no trabalho da agricultura familiar no Maranhão, bem como no campo de um modo geral, configura um universo de muitas situações, assim como em todo o Brasil. O projeto de pesquisa: **RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO:** mulheres recriando o cerrado na Mesorregião Leste maranhense em meio à monocultura de soja no município de Brejo (em 3 povoados) impactados pela monocultura de soja, buscou mostrar que as mulheres comumente denominadas de trabalhadoras rurais tem participação ativa na composição da renda familiar e na reprodução social dos diversos segmentos de agricultora familiar de base camponesa no Maranhão, sendo portanto efetivamente, trabalhadoras.

Não abordar a produção das mulheres no debate da agricultura familiar no Maranhão, ou reduzi-la a uma produção eminentemente doméstica, retirando-lhe o valor monetário e cultural é um indicador da sua invisibilidade ou secundarização na agenda pública governamental e na proposição de políticas estruturantes para o campo.

A pesquisa mostrou que as mulheres são as produtoras de hortaliças nos quintais, nas hortas comunitárias e são os membros das famílias voltadas aos tratos com as fruteiras, além de estarem no sistema agrícola da roça, do extrativismo e na pesca (em locais aonde os recursos hídricos ainda não foram totalmente poluídos pelo agrotóxico oriundos das plantações de soja). O referido projeto ao trabalhar as potencialidades das mulheres no subsistema agrícola do quintal, o fez na perspectiva de inserção das mulheres e das famílias nas políticas públicas como Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Contudo, sabemos que a que a questão é mais ampla, exigindo pensar a lógica do trabalho feminino no contexto da nova divisão internacional do trabalho. Identificando como o que produzem serve como resistência ao “livre mercado” à exploração das mulheres no contexto da economia globalizada, mesmo aquela produção agrícola que está inserida no processo global de forma desigual.



Os programas governamentais voltados para a agricultura familiar que reproduzem a divisão social do trabalho contribuem cada vez mais para a invisibilidade feminina e conseqüentemente a desconsiderá-la enquanto trabalhadora, uma vez que a sua participação vista como ajuda omite o seu direito de igual participação no resultado do trabalho. Esta relação gera injustiça, pois ignora a sua contribuição econômica na produção agrícola e nega a sua condição de trabalhadora. É a partir do desvelamento desta condição de invisibilidade da mulher na agricultura que muitas particularidades e realidades serão conhecidas e proporcionarão o próprio alargamento do conceito de trabalho e as múltiplas realidades relacionadas a esta variável. Dessa forma, torna-se possível o reconhecimento do trabalho feminino na agricultura e sua importância para o desenvolvimento socioeconômico no campo, para a formulação e implementação de políticas públicas para as mulheres rurais, assim como a conquista da sua autonomia, tanto no âmbito familiar (espaço privado), quanto fora dele com representações em sindicatos, secretarias e demais âmbitos e esferas de participação de promoção de democracia e equidade social.

4 – CONCLUSÃO

A pesquisa revelou que para que o trabalho das agricultoras familiares das áreas em estudo ser potencializado nas suas diversas atividades, se faz fundamental a atuação do Estado na promoção de políticas públicas que lhes garantam autonomia e sustentabilidade. A capacidade das mulheres de interagirem no trabalho, de criarem condições de autonomia na forma de produzir resgatando antigos conhecimentos e fazendo uso de costumes cotidianos, assim como a aquisição de novos conhecimentos é uma estratégia que vem sendo muito utilizada pelas agricultoras familiares. Essa tem sido uma das estratégias de articulação das relações de gênero nos trabalhos dos sistemas de produção da agricultura familiar, buscando problematizar essa relação na perspectiva da totalidade.



O debate e estudos nessa perspectiva coloca em questão a crise do capital, o Maranhão e as formas de enfrentamento das agricultoras familiares às expropriação, exploração, dominação e humilhação oriundas dos processos de acumulação do capital.

REFERÊNCIAS

BRUNO, Regina. **Um Brasil ambivalente**: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro, Mauad X, Seropédica, RJ, EDUR, 2009.

GALEANO, EDUARDO. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

HARVEY, DAVID. **O novo imperialismo**. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. O processo de produção do capital. livro 1, vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

MESQUITA, Benjamim Alvino de. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**, São Luís, EDUFMA, 2011.

NASCIMENTO, Silvane Magali V. **A reprodução do campesinato em Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja**: duas lógicas de desenvolvimento. Tese de Doutorado. PPGPP/UFMA, São Luís, 2011. 330fils.

PETRAS, James. **A “crise do capitalismo global”...Crise de quem? Quem lucra?** Disponível em: resistir.info/petras/petras_20fev12.html em 27 de fevereiro de 2013.